



GEDES

**Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional**

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 22/2018
Período: 30/06/2018 – 06/07/2018

GEDES – UNESP

- 1- Marinha do Brasil recebeu porta-helicópteros adquirido da Marinha Real Britânica
- 2- Coluna opinativa defendeu emprego das Forças Armadas durante a greve de caminhoneiros
- 3- Comandante do Exército sabatinou candidatos à Presidência da República
- 4- Almirante comentou conjuntura militar brasileira
- 5- Comando Militar do Leste deve apurar agressão por militares no Rio de Janeiro
- 6- Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pela morte de Vladimir Herzog
- 7- Militar admitiu pela primeira vez prisão de ex-deputado no DOI
- 8- Comandante do Exército presidiu homenagem a soldado morto durante governo militar
- 9- Embraer e Boeing firmaram acordo de cooperação
- 10- Ministro da Defesa defendeu interventor federal no Rio de Janeiro

1- Marinha do Brasil recebeu porta-helicópteros adquirido da Marinha Real Britânica

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Marinha do Brasil adquiriu um porta-helicópteros de múltiplo emprego da Marinha Real Britânica. O navio custou R\$ 350 milhões e foi recebido pela Marinha brasileira no dia 29/06/18 na base Naval de Davenport, no Reino Unido. Nomeada PHM A140 Atlântico, a nova nau capitânia da Marinha brasileira apresenta capacidade de carregar 18 aeronaves, 465 tripulantes, 800 fuzileiros, lanchas de desembarque anfíbio, veículos e um esquadrão de blindados. De acordo com *O Estado*, a nova aquisição brasileira pode operar todas as unidades de asas rotativas da Marinha do Brasil. O Atlântico pode operar simultaneamente 7 aeronaves de asas rotativas e seu convés pode ser configurado de acordo com as especificidades da missão. Segundo o jornal, o pacote de venda do governo britânico não incluiu o sistema de canhões de tiro rápido *Phalanx* determinados tipos de granadas de artilharia. A venda incluiu a transferência de recursos digitais especializados, como o radar de designação de alvos e controle aéreo *Artisan*. Conforme o periódico, o Atlântico também tem capacidade de receber um hospital de emergências nos convés inferiores durante missões humanitárias. A transferência do Atlântico ocorreu pela Mostra de Armamento, uma cerimônia tradicional da Marinha, na qual a bandeira do país foi hasteada pela primeira vez

e o escudo da unidade com a insígnia das forças navais foi apresentado. De acordo com *O Estado*, o representante brasileiro na solenidade foi o Chefe do Estado Maior da Armada, almirante Ilques Barbosa Jr. O Atlântico deve chegar à cidade do Rio de Janeiro no mês de agosto após uma escala em Portugal. De acordo com o periódico, a transferência do navio foi precedida por um ciclo de dois meses de manutenção, revisão e familiarização dos novos tripulantes. Segundo o comandante da Marinha, almirante Leal Ferreira, o porta-helicópteros “aprimora a realização de tarefas do Poder Naval, como a projeção de poder em terra e o controle de áreas marítimas”. Ferreira afirmou que “as características do navio ampliam as possibilidades de atuação em operações de paz e na assistência às populações vítimas de desastres naturais”. (*O Estado de S. Paulo* – Política – 30/06/18)

2- Coluna opinativa defendeu o emprego das Forças Armadas durante a greve de caminhoneiros

Em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o advogado Sacha Calmon, em referência ao conhecimento prévio da possibilidade da greve de caminhoneiros no mês de junho, afirmou que “diante do caos, as Forças Armadas não podem se omitir”. Em agravo, Calmon afirmou que as Forças Armadas, assim como agentes das áreas de saúde, segurança e transporte, “devem ter o direito de greve negado”. (*Correio Braziliense* – Opinião – 01/07/18)

3- Comandante do Exército sabatinou candidatos à Presidência da República

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o pré-candidato à Presidência da República pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), Ciro Gomes, impressionou o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. Segundo o general, Ciro se mostrou muito preparado, não adotando o discurso óbvio sobre o reforço das fronteiras. Villas Bôas tem realizado uma série de sabinas com todos os pré-candidatos à presidência da República. Segundo *O Estado* o deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL) e capitão da reserva do Exército, Jair Bolsonaro, “não entusiasma o alto-comando do Exército”. De acordo com o jornal, Bolsonaro encontra respaldo maior entre praças e suboficiais das Forças Armadas. (*O Estado S. Paulo* – Política – 01/07/18)

4- Almirante comentou conjuntura militar brasileira

Em coluna opinativa para *O Estado de S. Paulo*, o almirante da reserva Mario Cesar Flores afirmou que a política brasileira “tem sido espectadora apática” das questões militares. De acordo com Flores, em países politicamente e socialmente estruturados, as instituições políticas se preocupam com o poder militar do país. Conforme o almirante, as Forças Armadas brasileiras “são compelidas a pautar” a política de Defesa, submetendo-a a interesses corporativos. Segundo Flores, os projetos e prioridades exclusivas das Forças Armadas não recebem atenção na política, sendo “mutilados por desamparo orçamentário”. O almirante argumentou ainda que o emprego dos militares na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) cria uma “ameaça adicional à fragilidade do que significa defesa nacional no Brasil”, fazendo com que a população acredite

que o emprego em questões domésticas é a “razão maior” de existência do poder militar. Para Flores, “é insensato confundir país pacífico com país desarmado”. Segundo o almirante, atualmente é impossível improvisar um exército de emergência, sendo necessário uma visão nacional, uma vez que a construção de um poder militar é complexa, demorada e dispendiosa. De acordo com o Flores, é necessário que políticos e agentes influentes na opinião pública estimulem e pensem a segurança do Brasil e os efeitos e implicações na defesa nacional, no presente e futuro. (O Estado S. Paulo – Espaço Aberto – 02/07/18)

5- Comando Militar do Leste deve apurar agressão por militares no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Comando Militar do Leste (CML) atestou a autenticidade de um vídeo que registrou cinco militares do Exército agredindo um morador da comunidade Cidade de Deus no dia 27/05/18. De acordo com o CML, um inquérito deve ser instaurado para apurar os fatos. De acordo com *O Estado*, militares atuam em operações de patrulhamento e retirada de barricadas na comunidade desde junho. No registro, divulgado através das redes sociais no dia 30/06/18, cinco militares agrediram com socos e pontapés um jovem sob a justificativa de uma ocorrência de desacato a autoridade. De acordo com o defensor regional de direitos humanos da Defensoria Pública da União, Thales Arcoverde Treiger, “não houve desacato”. Segundo Treiger, “foi um crime dos militares e não dos cidadãos”. A instauração do inquérito militar trouxe à tona questionamentos sobre a independência da investigação. Em nota, a organização não-governamental Humans Rights Watch afirmou que “uma investigação das Forças Armadas sobre supostos abusos contra civis realizados por seus membros não é uma investigação independente”. Em entrevista, a coordenadora de pesquisa da Anistia Internacional, Renata Neder, destacou que “embora o CML tenha reconhecido a veracidade da denúncia e aberto inquérito, esse caso deveria ser responsabilizado na esfera civil”. De acordo com Neder, “a Justiça Militar não é o fórum adequado para esta apuração”. Segundo *O Estado*, o comando da intervenção não comentou as críticas. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 03/07/18)

6- Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil pela morte de Vladimir Herzog

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Brasil, no dia 04/07/18, pela falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis pela morte do jornalista Vladimir Herzog em 1975, durante o regime militar (1964-1985). De acordo com o *Correio*, Herzog se apresentou voluntariamente para depor às autoridades militares na cidade de São Paulo. No entanto, o jornalista foi preso, interrogado, torturado e assassinado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações do 2º Exército. De acordo com os periódicos, a investigação à época determinou que o jornalista cometera suicídio. De acordo com *O Estado*, ao menos duas investigações foram iniciadas, em 1979 e 1992, sendo, no entanto, encerradas

sem a responsabilização dos acusados pelo assassinato do jornalista. Segundo os jornais, o Brasil também foi condenado por violar o direito à verdade e por ameaçar a integridade pessoal dos familiares do jornalista. Além disso, a CIDH determinou a investigação e reabertura do processo do caso de Herzog. Segundo *O Estado*, a Corte sentenciou o Brasil a pagar 180 mil dólares aos familiares do jornalista, além de reconhecer a imprescritibilidade dos casos de violação dos direitos humanos. De acordo com o *Correio* e *O Estado*, o Ministério de Relações Exteriores afirmou em nota que reconhece a jurisdição da Corte e que deve avaliar a sentença e decidir quais medidas serão tomadas. Já o Ministério de Direitos Humanos (MDH) afirmou em nota que cumprirá a sentença e reiterou o compromisso para que violações de direitos humanos como o caso de Herzog não voltem a acontecer. De acordo com o MDH, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu Herzog como vítima. Segundo *O Estado*, o Exército não quis se manifestar. De acordo com a *Folha*, para o assessor da organização não-governamental Conectas, Jefferson Nascimento, a sentença da CIDH reforça a inconstitucionalidade da Lei da Anistia. Para o *Correio*, a professora de ciência política da Universidade de Brasília (UnB), Simone Pinto, afirmou que a decisão da Corte ocorreu em um momento importante, visto os pedidos para a volta do regime militar, além de ajudar a acabar com os mitos criados em relação ao regime. O periódico *O Estado* recordou que o Brasil fora condenado anteriormente pela CIDH em razão das violações de direitos humanos perpetrados no caso da Guerrilha do Araguaia, ocorrido também durante o regime militar. (*Correio Braziliense – Brasil – 05/07/18; Folha de S. Paulo – Poder – 05/07/18; O Estado de S. Paulo – Política – 05/07/18*)

7- Militar admitiu pela primeira vez prisão de ex-deputado no DOI

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o sargento do Exército Massayuki Gushiken admitiu que o ex-deputado estadual de Santa Catarina, Paulo Stuart Wright, foi preso no Departamento de Operações de Informações (DOI), do 2º Exército, na cidade de São Paulo, durante o regime militar (1964-1985). Segundo o jornal, Wright foi dirigente da Ação Popular, grupo que se opôs ao regime militar e desapareceu em 1973. Gushiken contou ao Ministério Público Federal que Wright constava na lista de presos do DOI e que foi levado para Brasília. De acordo com *O Estado*, é a primeira vez que um membro do Exército reconheceu que Wright foi preso no DOI. (*O Estado de S. Paulo – Política – 05/07/18*)

8- Comandante do Exército presidiu homenagem a soldado morto durante regime militar

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, presidiu, no dia 05/07/18, na cidade de São Paulo, uma homenagem ao soldado Mário Kozel Filho, morto durante o regime militar (1945-1985) pela explosão de um carro-bomba. A ação que resultou na morte de Koziel Filho foi atribuída à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo de oposição ao regime militar. O periódico recordou que Eduardo Leite e Onofre Pinto, membros da VPR acusados pela ação, foram presos e assassinados em instalações das Forças Armadas nos meses subsequentes à morte do soldado.

A morte de Kozel Filho completou 50 anos no dia 28/06/18, e foi lembrada pelo general e pelo Exército nas redes sociais. De acordo com *O Estado*, em discurso, o general condenou o acontecimento e afirmou que o país aprendeu com ele, além de recomendar prudência e sabedoria para tomada de decisões. Villas Bôas também advertiu a necessidade das instituições cumprirem com suas obrigações e que elas devem ser subordinadas “aos interesses da nação de forma a colocar o Brasil acima de tudo”. (*O Estado de S. Paulo – Política – 05/07/18*; *O Estado de S. Paulo – Política – 06/07/18*)

9- Embraer e Boeing firmaram acordo de cooperação

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Embraer e a Boeing assinaram no dia 05/07/18 um acordo para criação de uma *joint-venture* para a área de aviação comercial prevista para o fim do ano de 2019. O acordo estabelece que a Boeing pagará um valor de US\$ 3,8 bilhões à Embraer para deter 80% da propriedade e o controle operacional da nova empresa voltada a jatos comerciais, enquanto a Embraer manterá os 20% restantes. De acordo com o *Correio*, o comunicado também afirmou que as empresas vão “criar outra joint venture para promoção e desenvolvimento de novos mercados e aplicações para produtos e serviços de defesa, em especial o avião multimissão KC-390 da Embraer”. Essa segunda empresa terá a participação da Boeing, porém será administrada pela Embraer, que teria participação majoritária. De acordo com os periódicos, o acordo ainda demanda aprovações regulatórias de acionistas, incluindo o governo brasileiro. De acordo com o *Correio*, o presidente da Embraer, Paulo César de Souza e Silva, afirmou que espera ter os documentos definitivos entre outubro e novembro de 2018, para que possa “submetê-los ao governo do Brasil e, depois, à assembleia geral de acionistas”. A decisão gera discussões principalmente pelo setor de Defesa, pois o governo não teria o “golden share” que concede poder de decisão na nova subsidiária. De acordo com *O Estado*, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, afirmou na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, no dia 04/07/18, que “a grande preocupação do Ministério da Defesa é a preservação da nossa capacidade tecnológica, de nossa soberania, por tabela, dentro dessa área. Em coluna opinativa à *Folha*, o jornalista Igor Gielow ressaltou que, apesar das preocupações com o acordo, especialistas no setor aéreo afirmaram que, sem o auxílio da Boeing, futuramente a Embraer seria sufocada em decorrência da forte concorrência e das cadeias de produção já estabelecidas. Segundo o atual presidente da Embraer, Paulo Cesar de Souza e Silva, o acordo permitiria que a empresa brasileira desenvolva-se utilizando a infraestrutura avançada, o capital e o mercado estabelecido da Boeing. Em entrevista à *Folha*, Souza e Silva afirmou que a companhia brasileira precisa “ter a musculatura — capital, tecnologia e acesso a mercado — para enfrentar a concorrência dessas grandes empresas”. O executivo adicionou: “a Embraer hoje está bem, mas a associação com a Boeing é muito importante para a sustentabilidade do negócio no longo prazo”. O periódico *O Estado* recordou que a Embraer foi criada por uma iniciativa do regime militar (1964-1985) e atravessou fases de ascensão até uma quase falência, com crises econômicas e erros de gestão que culminaram na sua privatização no ano de 1994. (*Correio Braziliense – Economia – 06/07/18*;

Folha de S. Paulo – Mercado – 06/07/18; Estado de S. Paulo – Negócios – 05/07/18; O Estado de S. Paulo – Economia – 06/07/18)

10- Ministro da Defesa defendeu interventor federal no Rio de Janeiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general da reserva do Exército, Joaquim Silva e Luna, defendeu a atuação do interventor federal no estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto, em audiência na Comissão de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados no dia 04/07/18. O ministro afirmou que “o interventor tem tido uma dificuldade grande de ficar calado, de ouvir avaliações ansiosas de quem quer ver o crime organizado reduzir, e tem que segurar, porque ele tem um planejamento a ser cumprido”. De acordo com Silva e Luna, o planejamento da intervenção almeja uma reestruturação da Polícia Militar, tendo como um dos objetivos diminuir a grande quantidade policiais de alta patente e reduzir a escassez de subordinados. De acordo com o ministro, “é preciso inverter essa pirâmide”. O general da reserva também afirmou que a situação da segurança pública no Nordeste é muito pior que a do estado do Rio de Janeiro, porém “não está sendo divulgada”. De acordo com a *Folha*, em três meses de intervenção no estado do Rio de Janeiro, as estatísticas de mortes violentas e fatalidades em decorrência da ação policial se elevaram. Segundo o jornal, organizações não governamentais, políticos e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos criticaram a intervenção por sua incapacidade em reduzir os índices de violência. Silva e Luna, no entanto, afirmou que Braga Netto “está sendo exitoso em seu planejamento”. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/07/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense –www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo –www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo –www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Beatriz Santana Vieira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestre em Relações Internacionais); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda

em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).